

Em abril de 2007, o Ministério da Saúde publicou a nova tabela do SUS, em complemento à Portaria 321 de 08 de fevereiro, tendo como finalidade principal a unificação das tabelas hospitalares e ambulatoriais e a atualização da tabela de órtese e prótese.

Com o discurso de sempre da ampla participação de interessados, incluindo as "Sociedades de Especialistas" e a participação popular, uma simples avaliação inicial das seções da radiologia mostra uma série de incongruências e inconsistências, podendo-se concluir que seus idealizadores estão muito longe de entender ou saber o que são as nossas especialidades.

A nova tabela tenta imitar a CBHPM da AMB/CFM, criando uma nova codificação e se apresentando por região anatômica, mas, consegue apenas se tornar um amontoado desconexo de procedimentos. Estes estão desnecessariamente limitados por faixas etárias; sendo que os nossos, na quase totalidade, vão de 0 a 110 anos; desrespeitando a responsabilidade médica, tanto do que solicita, como do que realiza o exame, tornando-se apenas interessante saber que ultra-som pélvico está autorizado apenas a partir dos 10 anos, enquanto que o ultra-som obstétrico passa a ser dos 10 aos 60 anos, mas se for necessário Doppler, este está limitado aos 49 anos. A realização de qualquer exame após 110 anos dependerá de autorização especial do gestor.

Apresenta ainda, uma série de classificações limitantes: complexidade, sexo, anestesia, quantidade, etc, também completamente desnecessárias. Por outro lado, fundamentalmente mantém os mesmos valores de pagamento para os exames, valores estes que são os mesmos praticados desde 1995, com exceção de alguns que tiveram pequenas correções em 2001.

Ao SUS jamais faltou o apoio incondicional dos médicos brasileiros e das nossas entidades à Emenda Constitucional 29 de 2001 que melhorou o orçamento do Ministério, passando de 16,2 bilhões de reais em 1995 para 43,9 bilhões de reais em 2007, já descontados os 10 bilhões não incorporados, pela falta de vontade do governo em regulamentar a Emenda.

Não é possível aceitar passivamente que no mesmo período de 12 anos o orçamento do Ministério foi incrementado em 170,98% e não houve nenhum recurso para reajustar a nossa tabela. Ao mesmo tempo não queiram que acredite que os programas de tratamento da AIDS, os transplantes e as farmácias populares consumiram todo este dinheiro.

Certamente dinheiro existe, o difícil é saber como está sendo alocado, pois os serviços públicos não mostraram nenhuma melhoria importante, enquanto que os particulares e filantrópicos, que atendem ao SUS, cada vez mais enfrentam dificuldades financeiras.

Espero que finalmente os médicos se conscientizem da necessidade de juntar forças com as nossas entidades em defesa de uma remuneração digna. Senão, ainda acabaremos ouvindo em qualquer discussão que se existe uma tabela novinha, de 2007, como queremos falar em reajuste.

Dr. Aldemir Humberto Soares
é Diretor Responsável pelo Boletim do CBR

OPINIÃO



A "NOVA" TABELA DO SUS

Nos últimos 12
anos o orçamento
do Ministério da
Saúde aumentou
170,98%,
enquanto que a
tabela do SUS...